

RESUMO

Plano de Ação para Implementação da Área de Conectividade da Região Metropolitana de Campinas



Por ordem do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

da República Federal da Alemanha

Implementadores:



PREFEITURA DE
CAMPINAS





PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ÁREA DE CONECTIVIDADE DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Equipe técnica RECONNECTA RMC

Angela Cruz Guirao – Diretora SVDS de Campinas
Carla de Souza Camarheiro - Engenheira Ambiental SVDS de Campinas
Gabriel Dias Mangolini Neves – Engenheiro Ambiental SVDS de Campinas
Mario Jorge Bonfante Lançone - Engenheiro Ambiental SVDS de Campinas
Rodrigo Antonio Araújo Pires – Gestor Ambiental SVDS de Campinas
Fábio Vincentin Diniz – Biólogo da Prefeitura de Santa Bárbara D'Oeste
Helene Laura de Sousa Martins – Diretora Municipal do Meio Ambiente em Artur Nogueira
Pedro Carvalho Neto - Biólogo da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura do Município de Itatiba/SP

Equipe ICLEI América do Sul

Rodrigo Perpétuo - Secretário Executivo
Sophia Picarelli – Gerente de Biodiversidade e Desenvolvimento Circular
Larissa Heinisch – Coordenadora de Biodiversidade
Sandrine Gouvêa – Analista de Biodiversidade
Beatriz Barros Aydos – Assistente de Biodiversidade

Equipe técnica Instituto COURB

Alice Junqueira - Consultora em desenvolvimento socioambiental
Antônio Maycon Martins - Arquiteto e Urbanista
Bárbara Bonetto - Educadora em Saúde
Emanuel Costa - Geógrafo
Izadora Laner - Arquiteta e Urbanista
Jennifer Dias - Engenheira Sanitarista e Ambiental
Julia Ceccon Ortolan - Arquiteta e Urbanista
Mariana Moraes - Arquiteta e Urbanista
Marina Briant - Gestora Ambiental
Marina Onoda - Designer
Marina Tedesco - Geógrafa
Thaís Teixeira - Jornalista

Coordenação - ICLEI América do Sul
Redação e revisão - Bem Comunicar
Projeto gráfico - Okalab Design e Comunicação
Diagramação - Camila Bachichi

Fotos:

Cedidas pelos municípios da Região Metropolitana de Campinas
Acervo ICLEI América do Sul
Rafael Kenji Murayama

Este documento foi produzido com o apoio dos seguintes municípios:

Americana | Artur Nogueira | Campinas | Cosmópolis | Engenheiro Coelho | Holambra | Hortolândia | Indaiatuba | Itatiba | Jaguariúna | Monte Mor | Morungaba | Nova Odessa | Paulínia | Pedreira | Santa Bárbara d'Oeste | Santo Antônio de Posse | Sumaré | Valinhos | Vinhedo

Aviso Legal: O ICLEI América do Sul e as prefeituras dos municípios da Região Metropolitana de Campinas são os detentores dos direitos autorais do Plano de Ação para Implementação da Área de Conectividade da Região Metropolitana de Campinas – Resumo.

Solicitações para reprodução específicas, devem ser enviadas a iclei-sams@iclei.org | reconnectarmc@gmail.com Todos os direitos reservados.

ICLEI: Plano de Ação para Implementação da Área de Conectividade da Região Metropolitana de Campinas, 2021; Resumo. São Paulo, Brasil.



Parque Portugal em Campinas



Sumário

Palavras iniciais	6
1. Introdução	08
Conectar a biodiversidade para melhorar a qualidade de vida	09
2. Contexto da Região Metropolitana de Campinas	12
O que guia as ações para implementar a AC.....	15
Metodologia.....	16
3. O Plano de Ação para a Área de Conectividade da Região Metropolitana de Campinas	18
Arborização Urbana.....	20
Parques Lineares.....	24
Corredores Ecológicos.....	28
Fauna Silvestre.....	32
Regulamentação, Fiscalização e Compensação	35
Articulação e Comunicação.....	39
4. Mãos a obra	43

Palavras iniciais

ICLEI América do Sul

Por meio do Projeto INTERACT-Bio, o ICLEI América do Sul oferece apoio às regiões metropolitanas de Campinas, Londrina e Belo Horizonte para o reconhecimento dos Serviços Ecossistêmicos e das Soluções baseadas na Natureza em seus territórios.

Em Campinas, esse esforço, em sinergia com o Programa RECONNECTA RMC, se desdobrou na proposta da Área de Conectividade, trazendo olhar estratégico para o desenvolvimento regional, que agora se concretiza neste Plano de Ação para Implementação da Área de Conectividade na Região Metropolitana de Campinas.

Este plano oferece um guia para a ação articulada entre os municípios que a compõem e foi elaborado por meio de processos de colaboração e parceria. A metodologia apresentada neste documento oferece uma lógica inspiradora para balizar iniciativas de cooperação intermunicipal e resultados que possam orientar os municípios a conduzir ações articuladas e ambiciosas.

É com muito orgulho que apresentamos este Plano, com a certeza de que servirá de inspiração na caminhada rumo a uma realidade mais justa, equitativa, resiliente e sustentável.

Boa leitura!

Rodrigo Perpétuo

Secretário executivo - ICLEI América do Sul

Agência Metropolitana de Campinas

O principal motivador para a existência de uma instituição como a Agência Metropolitana de Campinas é a relevância da articulação supramunicipal e em rede para uma gestão pública eficiente nos territórios. Entendemos que a saúde e o bem-estar dos cidadãos de cada município são influenciados diretamente por aspectos que extrapolam as barreiras municipais como o transporte, o saneamento, a qualidade do ar e a distribuição de alimentos.

Este Plano de Ação compreende a lógica supramunicipal como cerne e é, portanto, essencialmente alinhado com os princípios norteadores da Agemcamp. Somado aos esforços de consolidação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, este documento poderá compor um cenário de robustez institucional e instrumental para toda a região e servirá também como base para orientar a formulação e revisão de planos diretores nas cidades de forma qualificada. Com isso, avançamos de forma inovadora nos caminhos por regiões mais sustentáveis e igualitárias para todos e todas.

Antônio Carlos Sacilotto

Diretor Executivo da Agência Metropolitana de Campinas

Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas

O município de Campinas tem trilhado uma caminhada de grande importância para o desenvolvimento sustentável municipal, contando com o apoio do ICLEI América do Sul para distintas frentes, principalmente por meio do projeto INTERACT-Bio, que contribuiu diretamente para o Programa RECONNECTA RMC.

O presente Plano de Ação é um passo importante dessa parceria, trazendo clareza dos caminhos que deverão ser percorridos na implementação da Área de Conectividade, dando força à gestão integrada dos recursos naturais e potencializando o desenvolvimento regional. Além disso, é um instrumento fundamental para a aterrissagem de acordos e compromissos globais em nível local.

O Plano reforça uma visão de futuro comum para os 20 municípios e endossa estratégias de enfrentamento à mudança do clima. Com isso, seremos capazes de aportar melhorias em legislações municipais e mecanismos de desenvolvimento regional.

Sendo assim, este Plano é motivo de muito orgulho e motivação para a caminhada da cidade, cada vez mais articulada com a região, em prol do desenvolvimento sustentável e da biodiversidade.

Rogério Menezes

Secretária Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo

O estado de São Paulo avança na agenda de sustentabilidade por meio de políticas e programas que visam incentivar a conservação da natureza aliada ao desenvolvimento. Esses esforços, no entanto, necessitam de parcerias e articulações com governos locais para potencializar seus resultados. O presente Plano de Ação oferece, por meio das ações e metas aqui apresentadas, um instrumento de suma importância para a integração entre níveis de governo.

Os benefícios da implementação deste Plano de Ação serão compreendidos em nível estadual, reverberando e estendendo benefícios da conservação para regiões limdeiras. Por isso compreendemos este esforço como uma iniciativa inovadora e com grande potencial, que deve ser vista como modelo para todo o território do estado e mesmo do país.

Por fim, reforçamos a grande satisfação em acompanhar e colaborar para a realização deste trabalho, fortalecendo esta caminhada por um futuro mais resiliente, equitativo e sustentável para nós e para as futuras gerações.

Marcos Penido

Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo



1

Introdução



Conectar a biodiversidade para melhorar a qualidade de vida

A perda da biodiversidade e a degradação dos serviços ecossistêmicos são uma realidade e impactam diretamente a vida e o bem-estar das pessoas por comprometerem a qualidade do ar e da água, a oferta de matérias-primas e alimentos. Essa condição precisa ser revertida e mitigada globalmente o quanto antes, e isso depende de ações locais e regionais.

É a partir dessa urgência que nasceu a proposta da Área de Conectividade (AC) da Região Metropolitana de Campinas (RMC) – um programa que promove uma concertação inédita, baseada em diálogos e cooperação entre 20 municípios, rumo ao objetivo de promover a “re”conexão entre remanescentes florestais, áreas protegidas e áreas verdes urbanas. São fragmentos de cobertura vegetal que ainda persistem, felizmente, na RMC, apesar da forte vocação industrial, expansão urbana e das muitas mudanças provocadas pela ação humana. Nesse cenário, a criação de uma AC é estratégica para um futuro de desenvolvimento sustentável para a região. Um desenvolvimento em que a natureza é parte integrante das soluções para os desafios atuais.

Ao unir remanescentes de vegetação, a AC restaurará a conexão da paisagem e facilitará o fluxo gênico entre populações da fauna e flora. Promoverá práticas mais sustentáveis nas atividades econômicas desenvolvidas localmente, como a agropecuária. E tornará o território mais resiliente

à mudança climática e seus impactos, com reflexo direto no aumento da qualidade de vida de toda a população da região.

A iniciativa da AC tem sido desenvolvida no âmbito do Programa RECONNECTA RMC, e, por meio de um Termo de Cooperação Técnica assinado em 2017, conta com o comprometimento dos 20 municípios que compõem a região metropolitana para ações de interesse mútuo, especialmente troca de conhecimento técnico para recuperar e conservar fauna e flora. A iniciativa foi impulsionada com apoio do INTERACT-Bio, projeto internacional que tem como objetivo fomentar planos locais que integrem biodiversidade e serviços ecossistêmicos no planejamento, com foco em Soluções baseadas na Natureza e na interação entre territórios. No Brasil, é liderado pelo ICLEI América do Sul desde 2017 e financiado pelo International Climate Initiative (IKI) do Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha.

Desde 2018, a proposta da Área de Conectividade (AC) fundamentava-se em seis pilares: arborização urbana; parques lineares; corredores ecológicos; fauna silvestre regional; regulamentação, fiscalização e compensação; e articulação e comunicação, identificados como temas-chave para o desenvolvimento sustentável na região. A AC foi apresentada à sociedade civil, com o objetivo de promover a criação de uma zona verde integrada de 2 quilômetros

de largura interligando os municípios da Região Metropolitana de Campinas. A AC foi incluída como área estratégica para ação metropolitana no caderno preliminar de propostas do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). Esse traçado foi atualizado, em 2020, com base em estudo feito pelo World Resources Institute (WRI) e com dados do Inventário Florestal do Estado de São Paulo.

A partir dessa proposta inicial, foi elaborado, ao longo de 2020, o Plano de Ação para a implementação da AC. Sua concepção se deu de forma coletiva e colaborativa, com o envolvimento de mais de 80 atores de diversas áreas e setores de atuação.

O plano prevê que a AC será baseada em infraestrutura verde e azul, como parques lineares, arborização urbana (integração das águas e das áreas verdes), impulsionando a economia verde e circular, além de fortalecer os sistemas de Unidades de Conservação (UC), recuperar Áreas de Preservação Permanentes (APP), conservar bacias hidrográficas e combater o atropelamento de animais silvestres.

Como resultado, espera-se que a implementação da Área de Conectividade contribua para a promoção do desenvolvimento sustentável e do bem-estar e qualidade de vida de toda a população da RMC.

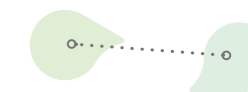
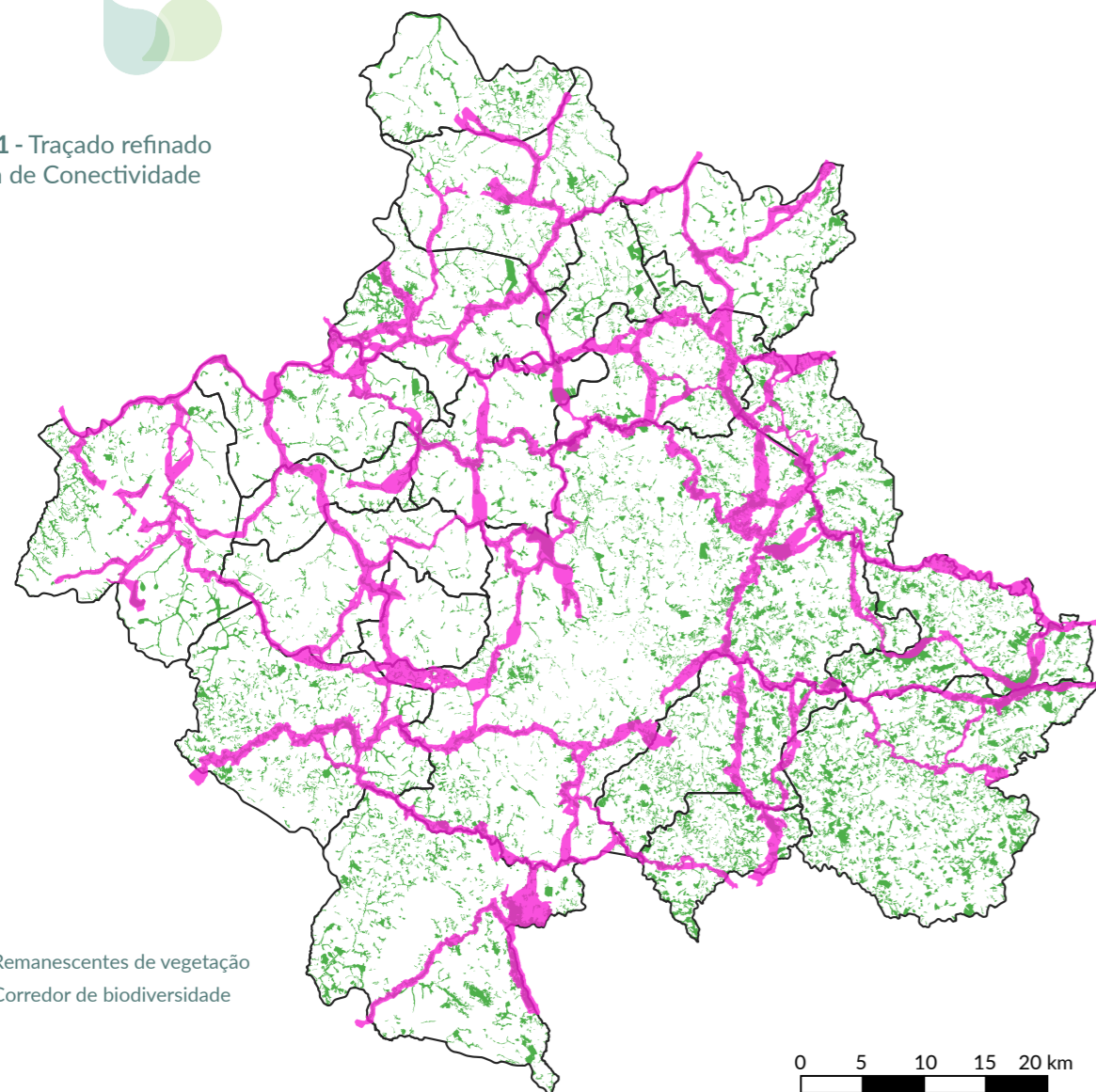


Figura 1 - Traçado refinado
da Área de Conectividade



Remanescentes de vegetação
Corredor de biodiversidade

0 5 10 15 20 km

Fonte: World Resources Institute, Relatório de Detalhamento (2020).

NA ÁREA DE CONECTIVIDADE ESTÃO



+ 63%

dos corpos d'água
da região



+ 43%

da vegetação nativa
da região

NOS ARREDORES DA AC ESTÃO

58,5%

de áreas para
mineração

43%

de solo
degradado

35%

de pastagens

HISTÓRICO DO PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ÁREA DE CONECTIVIDADE DA RMC

2015

Início do desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Campinas.

2016

O Plano Municipal do Verde de Campinas, instituído pelo Decreto nº 19.167/16, estabelece o Programa de Integração RMC.

2017

Apresentação do Programa de Integração RMC para a Agência Metropolitana de Campinas (Agemcamp) e para o Conselho de Desenvolvimento da RMC, formado pelas prefeituras dos 20 municípios da região.

Assinatura do Termo de Cooperação Técnica pelas 20 municipalidades, pactuando o comprometimento com o programa, que passou a ser nomeado Programa RECONNECTA RMC.

A RMC é selecionada como região metropolitana modelo pelo projeto INTERACT-Bio.

2018

Área de Conectividade apresentada à sociedade civil e reconhecida como Área Estratégica para Ação Metropolitana (Aeam), no Caderno Preliminar de Propostas do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Campinas.

2019

Primeiro Inventário de Gases de Efeito Estufa e Poluentes Atmosféricos da RMC, tendo como ano-base 2016.

Elaboração do Plano de Ação de Enfrentamento à Mudança do Clima da RMC.

2020

Elaboração do Plano de Ação para Implementação da Área de Conectividade da RMC.

O QUE É UM PLANO DE AÇÃO

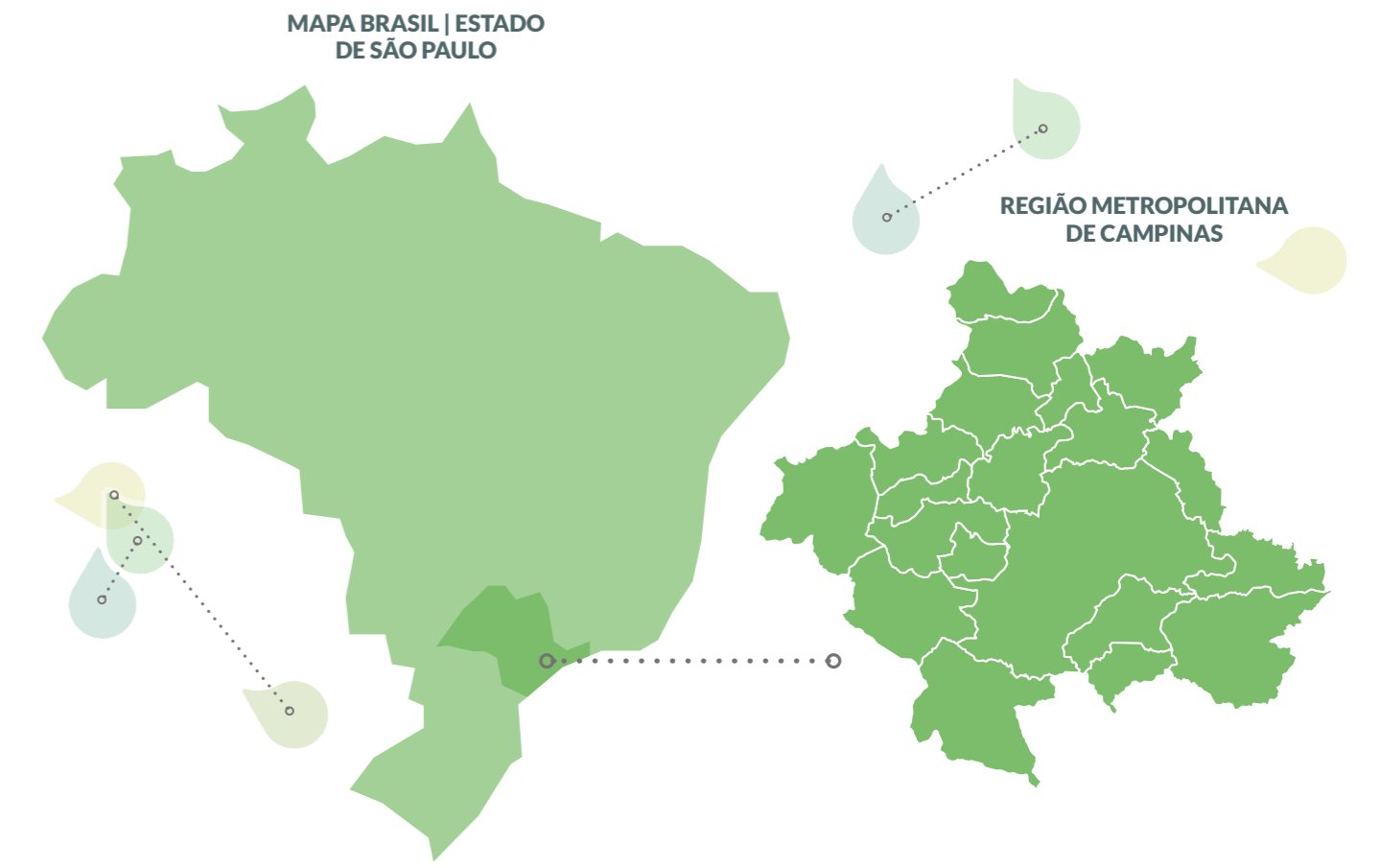
Plano de ação é uma forma organizada de delimitar estratégias para o desenvolvimento de uma iniciativa. O documento segue uma metodologia definida, com metas, objetivos e indicadores, e delinea as atividades a serem realizadas, processos e responsabilidades. Dessa forma é possível esclarecer como as ações serão feitas e otimizar recursos humanos e financeiros.



Região Metropolitana de Campinas

Para entender os desafios da implementação da Área de Conectividade (AC) e as oportunidades que ela traz para melhorar a qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos

de toda a Região Metropolitana de Campinas, é importante conhecer os contextos espaciais, socioeconômicos, ambientais e normativos da RMC.



Área, localização e mobilidade

A RMC é uma unidade regional do estado de São Paulo criada pela Lei Complementar Estadual nº 870/2000. Em sua área de 3.792 quilômetros quadrados, vivem cerca de 3,3 milhões de habitantes, distribuídos em 20 municípios. Do ponto de vista econômico, a região se destaca por ser um polo industrial, que responde por 3% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

A proximidade com a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) confere à localização da RMC um caráter estratégico, em virtude de sua inserção em um dos principais eixos de desenvolvimento estadual, inicialmente pela rede ferroviária instalada no século 19 e, depois, pela construção de três rodovias. Com isso, surgiram um intenso tráfego de pessoas entre as duas regiões e crescentes fluxos de carga cruzando a RMC. Essa movimentação amplificou a demanda do Aeroporto de Viracopos, em Campinas.

O crescimento urbano levou a uma expansão demográfica periférica, à redução das áreas rurais, à fragmentação de núcleos urbanos na RMC e ao agravamento de problemas regionais de mobilidade viária.

Ocupação e uso da terra

Grande parte da RMC – 80% – encontra-se modificada pela ação humana. Os padrões de ocupação e de uso do solo mostram

que, na porção nordeste da região, há a predominância de usos de caráter rural, intercalada com áreas de cobertura vegetal nativa. Em contraste, as porções oeste e sudoeste apresentaram o menor índice de vegetação nativa e os maiores índices de área edificada e de produção agrícola (principalmente cana-de-açúcar), inclusive em áreas onde a proteção de mananciais se mostra importante.

Meio ambiente e biodiversidade

A biodiversidade da RMC é amparada por 17 Unidades de Conservação (UC) que conservam a Mata Atlântica e áreas remanescentes de Cerrado, concentradas principalmente em Campinas. Desse total, oito são municipais; seis, estaduais; e três, federais. Apenas 13 estão inventariadas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), 3 UC possuem plano de manejo e 7 contam com conselho gestor.

Estudos sobre a região concluíram que as atuais áreas verdes existentes não são suficientes para conservar a biodiversidade e os mananciais. Em relação à fauna, dentre os 16 Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) e os Centros de Reabilitação de Animais Silvestres (Cras) existentes no estado de São Paulo, nenhum está localizado na RMC.



OS EFEITOS DA MUDANÇA CLIMÁTICA NA RMC

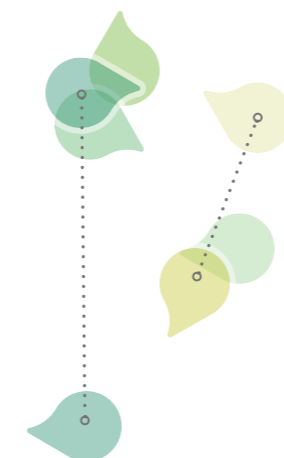
A inter-relação dos fatores e processos de crescimento econômico e urbano relacionados até aqui certamente ampliou a exposição dos municípios da RMC a eventos extremos decorrentes da mudança do clima, agravada pela baixa capacidade adaptativa e pela adoção de soluções ineficazes para os crescentes desafios.

Em 2019, a Prefeitura Municipal de Campinas financiou a elaboração do primeiro Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) e Poluentes Atmosféricos para toda a RMC. Tendo como referência o ano de 2016, a análise abrangeu três escopos: (i) emissões por fontes localizadas dentro da RMC; (ii) emissões por uso de eletricidade fornecida dentro da RMC; e (iii) emissões de GEE fora dos limites da RMC, como resultado de atividades ocorridas dentro da RMC.

Segundo o inventário, em 2016 foram emitidas mais de 11 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO_{2e}) na RMC. A maior parte veio da geração de energia estacionária (42,7%) e do setor de transportes (41,7%).

Os resultados do inventário ocasionaram o desenvolvimento do Plano de Ação de Enfrentamento à Mudança do Clima da RMC, no ano de 2019, que definiu metas para reduzir as emissões, com diretrizes e ações para setores estratégicos, considerando horizontes de curto (até 2020), médio (até 2024) e longo prazo (até 2030). Até 2030, o plano tem como objetivo reduzir 7,9% de emissões em relação ao ano-base (2016).

O que guia as ações para implementar a AC



O Plano de Ação para Implementação da Área de Conectividade da Região Metropolitana de Campinas foi guiado por quatro princípios, que atuam como premissas fundamentais para as ações propostas. Esses princípios estão alinhados com os Cinco Caminhos orientadores do ICLEI para o desenvolvimento sustentável, que impulsionam a ação local para o desenvolvimento de baixo carbono baseado na natureza, equitativo, resiliente e circular.

Implementação de Soluções baseadas na Natureza (SbN)

Este conceito propõe a utilização de diferentes abordagens que promovam recuperação, conservação, gestão e desenvolvimento de infraestruturas que utilizem ou se inspirem nos serviços ecossistêmicos. Essas soluções apresentam custo-benefício e cobenefícios atrativos em relação às convencionais. São exemplos de SbN parques lineares e jardins filtrantes.

Ainda, as SbN reintroduzem ou conservam a natureza nas cidades em suas múltiplas escalas, respondendo, principalmente, aos desafios relacionados a mitigação e adaptação climática, redução do risco a desastres, desenvolvimento econômico e social, saúde e bem-estar humano, segurança alimentar, segurança hídrica, perda da biodiversidade e degradação ambiental.

Promoção de serviços ecossistêmicos

Os serviços ecossistêmicos são as contribuições diretas e indiretas da natureza para o bem-estar humano, compreendidas em quatro categorias: serviços de provisão, de regulação, culturais e de suporte, de acordo com a Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos.

A manutenção de tais bens depende do funcionamento adequado dos ecossistemas e da relação harmoniosa entre as diversas partes que os compõem, seres humanos incluídos.

Compreender, portanto, os serviços ecossistêmicos como eixo norteador da gestão regional oferece caminhos para que se alie o desenvolvimento econômico, a justiça social e a conservação da natureza em ações sistêmicas e resilientes, garantindo a qualidade de vida para todos.

Desenvolvimento equitativo e centrado nas pessoas

Este princípio estabelece que a conservação dos ecossistemas deve aliar as pautas ambiental e social, de forma a traçar soluções benéficas aos desafios que existem nos dois âmbitos. Atendendo de forma sistêmica às demandas do território, é possível traçar soluções robustas, resilientes e de grande impacto.

A lógica desse princípio traz à tona a intensificação das consequências da falta de atenção às pautas ambientais sobre determinadas esferas sociais, como as mulheres, os jovens, as crianças, as classes sociais de baixa renda, as comunidades tradicionais, entre outros. A redução do acesso à biodiversidade leva, por exemplo, à redução da segurança alimentar e nutricional, à intensificação das desigualdades de oportunidade de acesso a áreas verdes de lazer e à fragmentação das comunidades de forma mais aguda nesses grupos.

Nesse sentido, as ações previstas no plano propõem o olhar amplo sobre as dinâmicas sistêmicas, para garantir que o ambiente natural e construído dentro e ao redor

das cidades deem força às comunidades, incentivando a segurança, a coesão cultural e a integração das diversas identidades que as compõem.

Governança integrada

Processos colaborativos que incentivam a tomada de decisão fundamentada na visão democrática têm demonstrado serem mais efetivos e resilientes. Abracar os diversos atores envolvidos nas dinâmicas das cidades possibilita compreender de forma clara as demandas a serem priorizadas, qual a capacidade de suporte para a implementação das ações e como será feito o monitoramento efetivo dos impactos gerados.

Ainda, traçar estratégias que integrem e deem protagonismo às iniciativas já correntes nos territórios mostra-se proveitoso, à medida que identifica fatores de sucesso das trajetórias já estabelecidas, como legislações e planos existentes, simplificando etapas do processo de tomada de decisão.

Somar forças e promover a troca entre níveis de governo, para o alcance de um objetivo comum, possibilita dar escala e coerência às iniciativas. Buscando evitar processos competitivos e a ação isolada, esse princípio é a base para o desenvolvimento metodológico do presente plano. Portanto, as ações aqui propostas são resultado e insumo de processos que compreendem a cooperação como elemento essencial.

Metodologia

O desenvolvimento deste plano de ação foi feito a partir de uma série de oficinas e encontros virtuais que reuniram as instâncias de trabalho dos municípios envolvidos no Programa RECONNECTA RMC e 80 atores distintos, incluindo setores públicos estadual e federal, setor privado, instituições de ensino e pesquisa, sociedade civil organizada e o terceiro setor. A facilitação dessas reuniões promoveu a construção colaborativa do plano, já que contou com a possibilidade equânime de contribuição dos participantes.

O processo descrito acima consistiu em três fases:

Alinhamento

Webinar inicial de apresentação do processo para elaboração do plano, explicando a todos a proposta e atividades a serem realizadas;

Diagnóstico

Encontros de escuta com os responsáveis pela coordenação de cada um dos pilares estratégicos de implementação do plano (*leia mais sobre os pilares no próximo capítulo*), delineando os principais desafios, por meio de coleta de informações por formulário on-line e levantamento de documentos relevantes;

Elaboração

- Facilitação de oficinas de cocriação com as diversas partes interessadas,

contemplando possíveis caminhos para solucionar os desafios de cada pilar;

- Sistematização e análise dos resultados, agrupando as ações em objetivos estratégicos a partir de similaridades;
- Proposição do Plano de Ação para Implementação da Área de Conectividade da RMC, consolidando os resultados da análise e listando os principais objetivos e ações para cada pilar;
- Revisão crítica e ajuste nas ações propostas;
- Proposição de metas e indicadores para expressar os objetivos quantitativamente em um horizonte temporal,

tendo como critérios: (i) ações previstas no plano de ação para a implementação; (ii) desenho centrado no município, partindo da premissa da autonomia e protagonismo das prefeituras, e; (iii) factibilidade diante do cenário atual, considerando que alguns temas ainda necessitam da definição de uma linha de base para traçar ambições realistas. As metas foram votadas pelos grupos de trabalho do RECONNECTA RMC e pelo ICLEI, validando aquelas que obtiveram consenso entre a maioria dos atores;

- Priorização de ações que tivessem maior aderência à meta definida e detalhamento do que será necessário fazer para executá-las.



3

O Plano de Ação para a Área de Conectividade



Parque Van Gogh em Holambra

O Plano de Ação para a Área de Conectividade da Região Metropolitana de Campinas

O Plano de Ação para Implementação da AC propõe a conexão entre as UC, a conservação de áreas para o abastecimento de água e a proteção de fragmentos florestais relevantes. Para isso, levou em consideração a fragmentação causada por rodovias que cortam a RMC, a necessidade de implantação de áreas verdes livres, de incentivo à adoção de práticas de produção e consumo sustentáveis na agropecuária e do uso de infraestrutura verde e Soluções baseadas na Natureza para atenuar eventos climáticos.

O plano de ação traz 19 objetivos estratégicos desdobrados em metas, ações, indicadores, um detalhamento do que será necessário fazer e, por fim, a atribuição de responsáveis. Os objetivos foram desenvolvidos a partir de seis pilares definidos pelos grupos de trabalho do RECONNECTA RMC.

3. O Plano de Ação para a Área de Conectividade da Região Metropolitana de Campinas

Os pilares são:

- I. ARBORIZAÇÃO URBANA
- II. PARQUES LINEARES
- III. CORREDORES ECOLÓGICOS
- IV. FAUNA SILVESTRE REGIONAL
- V. REGULAMENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO
- VI. ARTICULAÇÃO E COMUNICAÇÃO

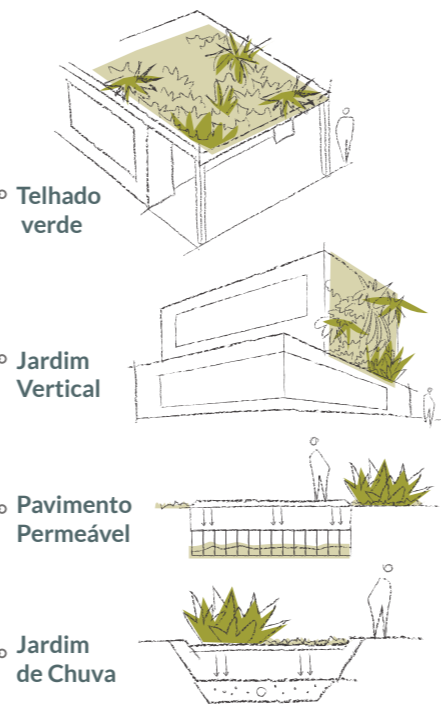
Para cada objetivo do plano de ação, foi destacado o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao qual está alinhado. Os ODS, da Organização das Nações Unidas (ONU), foram criados em 2015 e representam objetivos, a serem cumpridos até 2030, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta.

Responsáveis sugeridos pela implementação das metas*

- **Executores** - Poder executivo municipal - secretarias municipais de Meio Ambiente, Infraestrutura, Obras, Serviços Públicos e Educação
- **Assessores** - Universidades – Unicamp e PUC-Campinas, ICLEI, WRI Brasil, fundações - Fundação José Pedro de Oliveira, ONGs
- **Colaboradores** - Associação de moradores, conselhos de meio ambiente
- **Regulador** - Poder legislativo municipal
- **Comunicadores** - Executivo, universidades, ONGs, Comitê PCJ, escolas, observatórios locais
- **Financiadores** - Setor privado, setor industrial, concessionárias de rodovias, agências internacionais

* A lista completa de responsáveis sugeridos pode ser consultada na versão completa do Plano de Ação, disponível em <https://americadosul.iclei.org/biblioteca/>

Arborização Urbana



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:



Espécies adequadas

Espécies arbóreas nativas, compatíveis com a flora e fauna local, em quantidades e diversidades adequadas ao contexto e à promoção da biodiversidade.



Diagnóstico e manuais de gestão

Levantamento e monitoramento dos dados das espécies; oferta apropriada de serviços e programas



Parcerias intersetoriais

Oficinas educativas e viveiros para sensibilização da importância da arborização, aproximando as comunidades do entorno e ampliando o pertencimento

JARDIM DE CHUVA

- Aumento de áreas de infiltração e recarga do lençol freático
- Captação pluvial descentralizada
- Armazenamento de água pluvial
- Potencial paisagístico
- Utilização de espécies nativas, atratoras de polinizadores e potencialmente alimentícias
- Tratamento da poluição difusa presente nas águas pluviais



Arborização Urbana

Apresentação

A arborização e o aumento de espaços verdes e de áreas permeáveis em ambientes urbanos têm o potencial de garantir a presença de elementos naturais em locais densamente urbanizados. Essa presença assegura bem-estar, qualidade de vida e serviços ecossistêmicos relacionados à redução de efeitos de ilha de calor, aumento do sombreamento, abrigo e alimentos para espécies de fauna, absorção de CO₂, retardo no escoamento de águas pluviais e aumento do tempo para infiltração da água no solo, entre outros benefícios.

Além de ser um componente-chave para orientar um planejamento mais integrado a outras áreas verdes, como praças, parques urbanos, canteiros centrais, encostas e fundos de vale, a arborização urbana também pode contribuir com estratégias de recuperação de áreas prioritárias, de conectividade, de estruturação de zonas de amortecimento de unidades de conservação e de melhoria ambiental em áreas privadas com remanescentes vegetais relevantes.

Assim, propõem-se o diagnóstico, o planejamento, a implementação e o manejo de espécies arbóreas nas cidades.

No contexto do Programa RECONNECTA RMC, consideraram-se para a arborização urbana espécimes arbóreos já comuns na arborização de vias públicas, de parques lineares, praças, jardins públicos, sistemas de lazer e áreas de recreio, bem como aqueles já existentes em lotes particulares nas cidades.

Objetivos do pilar

- I. Pesquisar e definir espécies adequadas no contexto da AC;
- II. Estruturar e consolidar diagnóstico e manuais de gestão, com bases de dados acessíveis e implementação efetiva de mecanismos existentes;
- III. Estabelecer parcerias intersetoriais com a sociedade civil, o setor privado e as instituições de pesquisa;

3. O Plano de Ação para a Área de Conectividade da Região Metropolitana de Campinas

OBJETIVO I PESQUISAR E DEFINIR ESPÉCIES ADEQUADAS ODS 15



META

Institucionalizar em 100% dos municípios da RMC diretrizes regionais para realizar a pesquisa e definição de espécies adequadas (por meio de carta-compromisso, decreto ou outro mecanismo legal), até 2024.



INDICADOR

Proporção de municípios da RMC (%) que institucionalizaram diretrizes regionais.



AÇÃO PRIORITÁRIA

Desenvolver estudos para subsidiar as diretrizes regionais, incluindo:

1. inventário de arborização urbana;
2. mapeamento de desafios ao planejamento da arborização e critérios para sua efetivação;
3. identificação da interação entre as espécies, uso de espécies nativas adequadas ao contexto urbano e à fauna local e espécies mais resilientes à mudança do clima;
4. estudos de caso sobre outros municípios, divulgando os fatores convergentes;
5. estudos faunísticos para considerar a interação planta-animal e determinar a fauna esperada e os vetores locais;
6. pesquisas sobre espécies arbóreas adequadas à AC.



COMO SERÁ FEITO

- Levantar os estudos já existentes;
- Identificar a demanda por maior qualificação dos estudos existentes, a partir de um olhar analítico e propositivo;
- Apresentar a demanda às universidades e/ou a outros atores;
- Institucionalizar a parceria com as universidades e/ou outros atores para o desenvolvimento dos estudos;
- Consolidar os resultados em uma biblioteca virtual;
- Apresentar importância e benefícios da arborização urbana aos responsáveis pela proposição e aprovação da minuta;
- Elaborar minuta para regulamentação.



QUEM FARÁ

Executores, Assessores, Colaboradores, Comunicadores, Regulador

OBJETIVO II
ESTRUTURAR E CONSOLIDAR DIAGNÓSTICO E MANUAIS DE GESTÃO
ODS 15



META 1
Estabelecer base regional de dados abertos com informações quantitativas sobre a arborização urbana e seus aspectos territoriais (ex.: nº absoluto de espécimes no perímetro urbano, nº relativo de espécimes no perímetro urbano por habitante), abrangendo 100% dos municípios da RMC, até 2024.



INDICADOR
Proporção de municípios da RMC (%) cujas informações são divulgadas na base regional de dados abertos.



AÇÃO PRIORITÁRIA
Produzir dados e desenvolver base acessível para auxiliar na elaboração de diagnóstico e em metas de arborização por território.



COMO SERÁ FEITO

- Levantar os dados já existentes, incluindo métricas municipais e informações georreferenciadas;
- Avaliar as lacunas de informações existentes;
- Buscar apoio de universidades e/ou outros atores para suprir a demanda de informações;
- Avaliar plataforma mais adequada para consolidar a base de dados, incluindo o DataGeo;
- Avaliar a pertinência de uso do Cadastro Ambiental Urbano (CAU), recém-desenvolvido pelo MMA;
- Apresentar a base de dados aos atores relevantes.



QUEM FARÁ
Executores, Assessores, Colaboradores

OBJETIVO II
ESTRUTURAR E CONSOLIDAR DIAGNÓSTICO E MANUAIS DE GESTÃO
ODS 15



META 2
Desenvolver ou atualizar, a partir da base de dados abertos estabelecida, planos de arborização urbana em 100% dos municípios até 2030.



INDICADOR
Proporção de municípios da RMC (%) com plano de arborização urbana desenvolvido ou atualizado.



AÇÃO PRIORITÁRIA
Ampliar ou melhorar os instrumentos normativos existentes (incluindo planos de arborização), prevenindo:

- a instituição de grupo executivo e responsabilidades claras nas municipalidades;
- metas integradas de arborização;
- mecanismos para recompensar os serviços ambientais;
- fiscalização das medidas nas áreas urbanas consolidadas e em expansão;
- lógica de integração com outras tipologias de áreas verdes (unidades de conservação, praças, parques urbanos, canteiros centrais, encostas, fundos de vale, nascentes, hortas comunitárias, agroflorestas etc.);
- incentivos para conservação e/ou uso sustentável em áreas privadas.



COMO SERÁ FEITO

- Mapear os instrumentos normativos existentes;
- Identificar as lacunas de regulamentação em cada município;
- Apresentar proposta de metas integradas de arborização à Agemcamp;
- Avaliar e definir o instrumento legal aplicável para cada caso (lei, decreto, portaria, instrução normativa, entre outros);
- Apresentar a importância e benefícios da arborização urbana aos responsáveis pela proposição e aprovação dos instrumentos normativos;
- Propor texto para o instrumento normativo, envolvendo mecanismos de consulta e participação.



QUEM FARÁ
Executores, Assessores (+governo estadual Agemcamp), Colaboradores Reguladores

OBJETIVO III
ESTABELECE E FORTALECE PARCERIAS INTERSETORIAIS COM
A SOCIEDADE CIVIL, O SETOR PRIVADO E AS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA
ODS 17



META
Estabelecer parcerias com instituições de diversos setores a fim de produzir diagnóstico ou monitoramento de arborização de 100% dos municípios da RMC até 2024, potencializando o acesso a recursos financeiros.



INDICADOR
Proporção de municípios da RMC (%) que obtiveram, através de parcerias com instituições de diversos setores, ações de diagnóstico e/ou monitoramento de arborização.



AÇÃO PRIORITÁRIA
Estabelecer parcerias com instituições de ensino, pesquisa, do terceiro setor e outras, (i) fomentando a produção de diagnóstico e monitoramento de ações e (ii) integrando equipes de manejo e grupos intersetoriais e multidisciplinares.



COMO SERÁ FEITO

- Identificar instituições para potencial cooperação, como dos setores de ensino, pesquisa, cooperação internacional e setor privado atuantes na temática de arborização;
- Identificar outras instituições e atores privados atuantes (CAU, associações de paisagistas, IAB, entidades de classe entre outros) e/ou que promovam iniciativas de cooperação internacional na temática de arborização;
- Levantar as lacunas de informação, mapeando os temas prioritários e possíveis espaços de incidência no fluxo de operação (ex: viveiros);
- Apresentar a proposta do Programa RECONNECTA RMC às instituições de ensino e organizações identificadas, mapeando sinergias e possibilidade de cooperação/financiamento;
- Avaliar a necessidade de formalização da parceria através de acordos de cooperação ou instrumentos similares;
- Dar visibilidade às pesquisas e trabalhos desenvolvidos, publicando os resultados no site do Programa RECONNECTA RMC.



QUEM FARÁ
Executores, Assessores, Colaboradores, Comunicadores

3. O Plano de Ação para a Área de Conectividade da Região Metropolitana de Campinas



Estação Ecológica de Valinhos

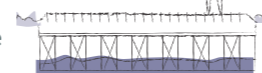
Parques Lineares



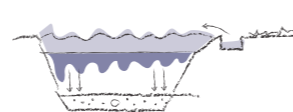
◦ **Horta Comunitária com Pancs e espécies atradoras de polinizadores**



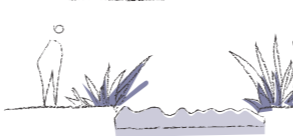
◦ **Piso Drenante**



◦ **Biovaleta**



◦ **Vegetação Ripária**



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

Priorização nas agendas municipais
Gestores e parceiros engajados na pesquisa e comunicação dos benefícios dos parques lineares

Planejamento transversal e integrado
(a) Áreas de regeneração com aumento da cobertura vegetal e melhora do solo e adaptação climática
(b) Educação ambiental e agricultura urbana com aprendizados envolvendo saúde individual e coletiva

Implementação colaborativa
Ampliação das oportunidades de cofinanciamento e integração de serviços ecossistêmicos

Engajamento da sociedade civil e instituições de ensino
Ações culturais, de esporte-lazer com promoção da interação social e o fortalecimento do vínculo comunitário por uma rede diversa de atores, garantindo sua continuidade

VEGETAÇÃO RIPÁRIA

- Estabilização estrutural das margens do corpo hídrico, evitando erosões e deslizamentos
- Escoamento natural da água da chuva
- Redução dos riscos de inundações
- Manutenção da temperatura da água para troca de nutrientes e sobrevivência da vida aquática
- Regulação da temperatura e umidade do ar
- Filtragem e tratamento de poluentes da água
- Preservação de habitat para fauna local
- Aumento da infiltração da água no solo presente nas águas pluviais



Parques Lineares

Apresentação

Os parques lineares, que são áreas verdes implantadas ao longo de cursos d'água, têm o potencial de endereçar a fragmentação de habitats, os desafios de drenagem de água de chuva e a manutenção das matas ciliares, por meio do aumento da zona de inundação (amortecimento de enchentes), mitigação do assoreamento e da erosão das margens, especialmente, de rios e córregos.

Adicionalmente, os parques lineares se configuram como uma importante estratégia de aumento e descentralização de áreas verdes e fomento a espaços públicos de lazer (incluindo atividades de recreação e esporte, educação ambiental e cidadania, além de propiciar a integração entre a rede de transporte, incluindo o incentivo ao uso de bicicletas e ao deslocamento via caminhada). São, assim, uma Solução baseada na Natureza, que promove a conservação da biodiversidade, o saneamento e o lazer,

melhorando a qualidade de vida da população, além de contribuir para a adaptação às mudanças do clima.

Objetivos do pilar

- Fomentar a priorização de parques lineares nas agendas municipais;
- Planejar ações transversais e integradas aos parques, a partir de instrumentos de planejamento territorial;
- Promover a implementação colaborativa das ações em parques;
- Promover o engajamento contínuo da sociedade civil e instituições de ensino.

OBJETIVO I - ODS 11 FOMENTAR A PRIORIZAÇÃO DE PARQUES LINEARES NAS AGENDAS MUNICIPAIS ODS 11



META 1

Apresentar formalmente um material institucional com os benefícios dos parques lineares a 100% dos prefeitos, câmaras de vereadores e setores municipais de meio ambiente, planejamento urbano e turismo dos municípios da RMC até 2024.



INDICADOR

Proporção (%) de prefeitos, câmaras de vereadores e setores municipais de meio ambiente, planejamento urbano e turismo dos municípios da RMC que foram formalmente apresentados ao material institucional.



AÇÃO PRIORITÁRIA

Desenvolver plano de sensibilização, direcionado aos tomadores de decisão, para disseminar os benefícios da implementação de parques, tais como: a redução de custos com ações integradas, a relevância do tema para serviços ecossistêmicos, o combate a eventos extremos, a regulação climática local e, por fim, garantir benefícios à saúde e qualidade de vida.



COMO SERÁ FEITO






- Averiguar a existência de estudos temáticos que evidenciem os benefícios dos parques lineares, buscando insumos para o convencimento;
- Elaborar materiais específicos para cada público-alvo, adaptando a linguagem e narrativa, e conectando a assuntos transversais (clima/saúde/recursos hídricos, etc.);
- Identificar os canais adequados para cada caso;
- Somar esforços com organizações da sociedade civil, com pautas similares, que possam auxiliar no diagnóstico e pesquisa para atender a necessidade de cada localidade da implementação do parque, na escala dos bairros.






QUEM FARÁ

Executores / Assessores / Reguladores/ Comunicadores/ Colaboradores






OBJETIVO I
FOMENTAR A PRIORIZAÇÃO DE PARQUES LINEARES
NAS AGENDAS MUNICIPAIS
ODS 11

-  **META 2**
Aumentar em 30% o número de parques lineares existentes por município da RMC até 2030, em relação à linha de base de 2020 e priorizando a AC como local de implementação.
-  **INDICADOR**
Aumento relativo (%) em número de parques lineares existentes na RMC até 2030, em relação à linha de base de 2020.
-  **AÇÃO PRIORITÁRIA**
Implementar ações de mapeamento, definição do local e elaboração de projetos.
-  **COMO SERÁ FEITO**
 - Mapear e levantar áreas de parques consolidadas nos municípios da RMC, a fim de estabelecer linha base e identificar lacunas;
 - Estudar o potencial de ampliação dos parques existentes;
 - Adequação da legislação ambiental/urbanística que favoreça a implantação dos parques nos novos projetos de loteamento e também nas áreas consolidadas como uma diretriz municipal;
 - Elaboração dos projetos básicos e executivos;
 - Busca por financiamento e parcerias.
-  **QUEM FARÁ**
Os principais atores sugeridos são:
Executores / Assessores / Reguladores/ Financiadores






OBJETIVO II
PLANEJAR INICIATIVAS TRANSVERSAIS E INTEGRADAS AOS PARQUES,
A PARTIR DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL
ODS 11

-  **META**
Incorporar as diretrizes regionais de parques lineares* em legislação específica de 100% dos municípios da RMC até 2024.
*As diretrizes regionais deverão conter, entre outros aspectos, requisitos relacionados à realização de oficinas de sensibilização com a população do entorno durante a implementação de parques lineares.
-  **INDICADOR**
Proporção de municípios da RMC (%) cuja legislação incorporam as diretrizes regionais de parques lineares.
-  **AÇÃO PRIORITÁRIA**
Integrar e compatibilizar as ações referentes a parques lineares, junto aos instrumentos de planejamento territorial que regulam o uso e ocupação do solo em toda a RMC - PD, Zoneamento, PDUJ.
-  **COMO SERÁ FEITO**
 - Elaborar e consolidar a proposta de diretrizes regionais;
 - Aprofundar diagnóstico dos instrumentos normativos existentes, identificando o teor das legislações relacionadas a parques lineares de cada município;
 - Avaliar e definir o instrumento legal aplicável para cada caso (lei, decreto, portaria, instrução normativa, entre outros);
 - Apresentar importância e benefícios das diretrizes aos responsáveis pela proposição e aprovação dos instrumentos normativos;
 - Propor texto para o instrumento normativo, envolvendo mecanismos de consulta e participação.
-  **QUEM FARÁ**
Executores/ Assessores / Reguladores / Colaboradores

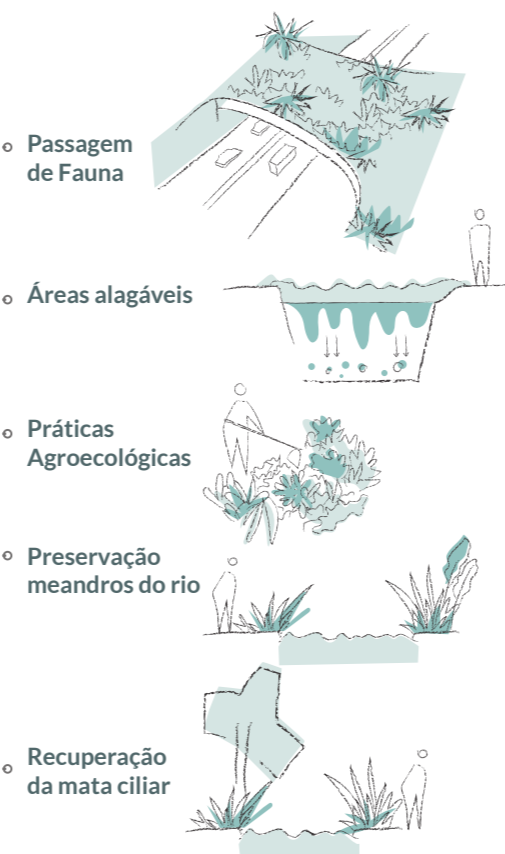
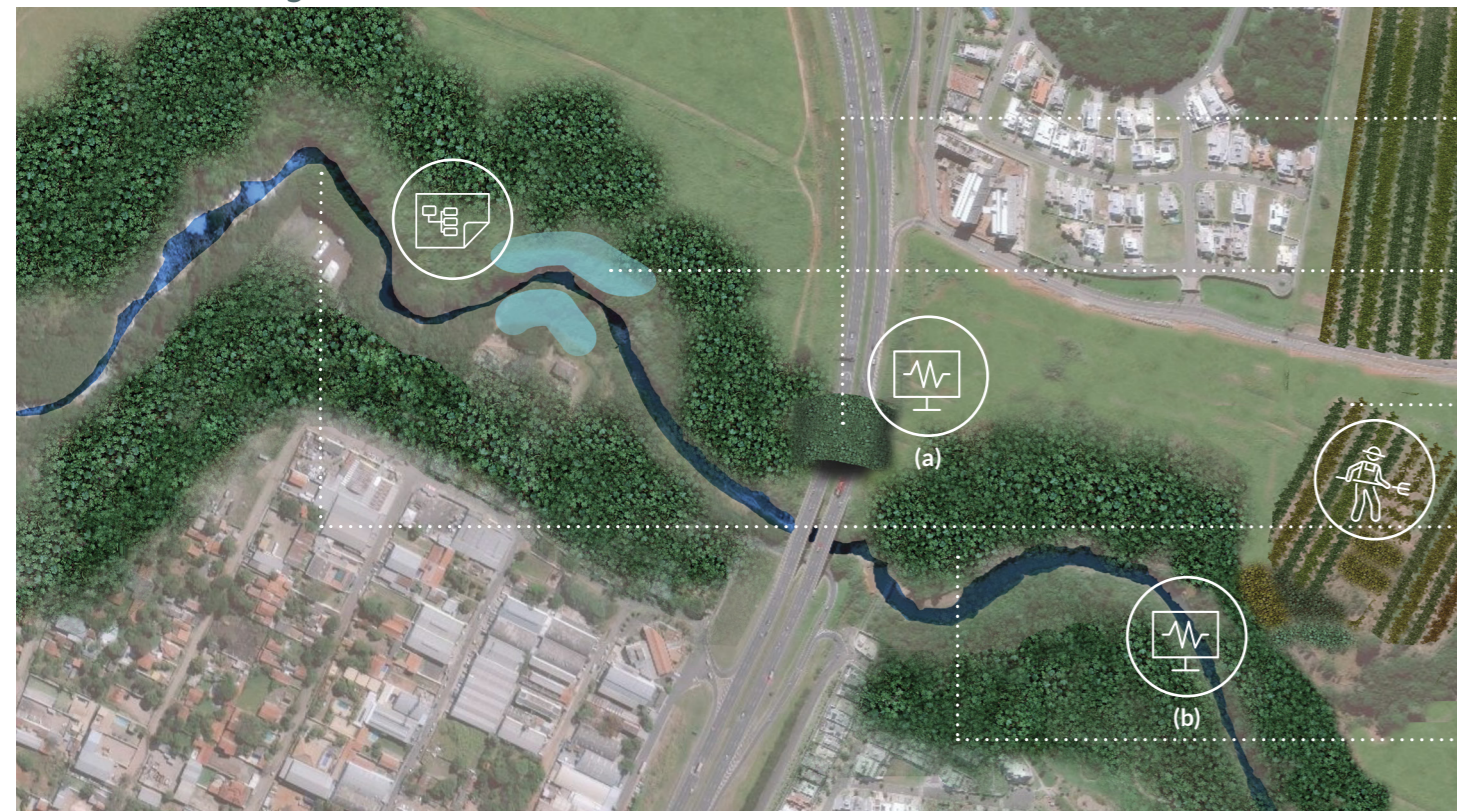
OBJETIVO III
- PROMOVER A IMPLEMENTAÇÃO COLABORATIVA
DAS AÇÕES EM PARQUE
ODS 6

-  **META**
Implantar bancos de dados das informações ambientais municipais (incluindo áreas verdes urbanas e áreas potenciais para implementação de parques lineares) em 100% dos municípios da RMC até 2024.
-  **INDICADOR**
Proporção de municípios da RMC (%) que implantam bancos de dados das informações ambientais municipais.
-  **AÇÃO PRIORITÁRIA**
Realizar estudos de viabilidade e mapeamento de áreas verdes, incluindo a sistematização do banco de áreas para reflorestamento, além de utilizar ferramentas de geoprocessamento.
-  **COMO SERÁ FEITO**
 - Levantar os dados já existentes, incluindo métricas municipais e informações georreferenciadas;
 - Avaliar as lacunas de informações existentes;
 - Consolidar os dados de forma que a contribuição das informações seja transversal (licenciamentos, autuações, TCA etc)
 - Buscar apoio de universidades e/ou outros atores para suprir a demanda de mapeamento;
 - Avaliar plataforma mais adequada para consolidar a base de dados, incluindo o DataGeo;
 - Avaliar a pertinência de uso do Cadastro Ambiental Urbano (CAU), recém-desenvolvido pelo MMA;
 - Apresentar a base de dados aos atores relevantes.
-  **QUEM FARÁ**
Executores/ Assessores/ Financiadores/ Colaboradores

OBJETIVO IV
PROMOVER ENGAJAMENTO CONTÍNUO DA SOCIEDADE CIVIL
E INSTITUIÇÕES DE ENSINO
ODS 12

-  **META 1**
Promover ao menos uma ação socioparticipativa sobre os parques lineares no entorno imediato das áreas que serão beneficiadas pela referida infraestrutura na RMC até 2024.
-  **INDICADOR**
Proporção (%) de escolas da rede municipal da RMC que obtiveram ao menos uma oficina educativa anual.
-  **AÇÃO PRIORITÁRIA**
Fomentar senso de pertencimento social a partir de atividades socioeducativas e culturais, como sinalizações nas infraestruturas de lazer, coleta de sementes no território, execução e cultivo de hortas, pomares comunitários, mutirões de plantio, limpeza e manutenção, feiras, divulgação em canais de comunicação e intervenções artísticas.
-  **COMO SERÁ FEITO**
 - Apresentar a iniciativa para o órgão municipal de educação;
 - Levantar e classificar as escolas municipais de acordo com a prioridade de atuação (exemplo: curto ou médio prazo);
 - Elaborar material de sensibilização e apresentação para os gestores das escolas;
 - Avaliar potenciais parcerias com organizações da sociedade civil e/ou setor privado;
 - Promover formações para os professores e/ou educadores parceiros;
 - Estabelecer calendário da jornada da educação ambiental.
-  **QUEM FARÁ**
Executores/ Assessores/ Colaboradores / Comunicadores

Corredores Ecológicos



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

Planejamento estratégico
Enfrentamento de vulnerabilidades hídricas e climáticas e contribuição com resiliência urbana e humana

Envolvimento de proprietários privados rurais
Sistemas agroflorestais, articulação em redes de colaboração e fomento da economia local

Recuperação e monitoramento
(a) Aumento da cobertura vegetal, dispersão de sementes e passagem de fauna
(b) Recuperação de áreas degradadas e preservação de nascentes e recursos hídricos

PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

- Garantia da segurança alimentar
- Apoio à economia local
- Preservação de áreas permeáveis
- Garantia de conectividade entre UCs e áreas verdes



Corredores Ecológicos

Apresentação

Os corredores ecológicos possibilitam maior conectividade entre os fragmentos de habitats, permitindo a circulação adequada das espécies de fauna e a manutenção dos nichos ecológicos. No que diz respeito à cobertura vegetal, a implementação de corredores promove a recuperação ecológica e aumenta não só a biodiversidade, mas também os serviços ecossistêmicos relacionados, como o estoque de carbono e a regulação das condições climáticas locais. Este pilar propõe o planejamento estratégico e a execução de ações de recuperação para alcançar essa malha de corredores para a região. O pilar aborda não só a conexão de UC, mas também das demais Áreas Protegidas Locais, fragmentos naturais remanescentes e áreas ambientalmente prioritárias, tal como as áreas rurais. É fundamental que as ações deste pilar interajam diretamente

com as temáticas de arborização urbana e parques lineares, a fim de garantir a continuidade da AC também em áreas urbanas.

Objetivos do pilar

- I. Planejar, estrategicamente, a consolidação de corredores ecológicos, garantindo a localização e as condições adequadas para potencializar seus benefícios.
- II. Envolver proprietários privados rurais como aliados na gestão dos corredores, estimulando seu protagonismo.
- III. Facilitar os fluxos financeiros e parcerias, a fim de implementar e monitorar os corredores ecológicos.

OBJETIVO I
PLANEJAR ESTRATEGICAMENTE A CONSOLIDAÇÃO DE CORREDORES ECOLÓGICOS, GARANTINDO A LOCALIZAÇÃO E AS CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA POTENCIALIZAR SEUS BENEFÍCIOS.
ODS 15



META 1

Incorporar as diretrizes regionais de corredores ecológicos em legislação específica de 100% dos municípios da RMC até 2024.



INDICADOR

Proporção de municípios da RMC (%) que incorporam as diretrizes de corredores ecológicos em legislação específica.



AÇÃO PRIORITÁRIA

Internalizar os corredores nos instrumentos oficiais de planejamento (PD, Zoneamentos, PDU, planos municipais e estaduais de implementação de áreas verdes etc.), (i) prevendo os desdobramentos nas respectivas ações e programas e (ii) adotando lógica de integração com outras tipologias de áreas verdes (unidades de conservação, praças, parques urbanos, canteiros centrais, encostas, fundos de vale, nascentes, hortas comunitárias, agroflorestas etc.).



COMO SERÁ FEITO

- Avaliar os atuais instrumentos das UC (cadastro no CNUC, plano de manejo, conselho gestor, conflitos/desafios específicos etc.) para potencializá-las como elementos relevantes de composição dos corredores;
- Elaborar e consolidar a proposta de diretrizes regionais, incluindo mecanismos como o zoneamento restritivo para frear a expansão urbana nas áreas próximas aos corredores ecológicos, considerando os avanços realizados pelo estudo de definição de áreas prioritárias do WRI para o desenho dessas diretrizes.
- Aprofundar diagnóstico dos instrumentos normativos existentes, identificando o teor das legislações relacionadas a corredores ecológicos de cada município;
- Avaliar e definir o instrumento legal aplicável para cada caso (lei, decreto, portaria, instrução normativa, entre outros);
- Apresentar importância e benefícios (neutralização de emissões de CO₂, provisão de serviços ecossistêmicos, regulação do ciclo hídrico, turismo de bases ecológicas) das diretrizes aos responsáveis pela proposição e aprovação dos instrumentos normativos.



QUEM FARÁ

Executores/ Assessores/ Reguladores/ Colaboradores

OBJETIVO I
PLANEJAR ESTRATEGICAMENTE A CONSOLIDAÇÃO DE CORREDORES ECOLÓGICOS, GARANTINDO A LOCALIZAÇÃO E AS CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA POTENCIALIZAR SEUS BENEFÍCIOS.
ODS 15



META 2
Implementar 50% dos corredores ecológicos propostos pelo WRI (C4F) até 2030.



INDICADOR
Número relativo (%) da área (km²) de corredores ecológicos existentes na RMC até 2030, em relação à linha de base do mapeamento detalhado da AC feito pelo WRI Brasil (C4F) em 2020.



AÇÃO PRIORITÁRIA
Diagnosticar as potenciais áreas para implementação dos corredores (i) mapeando os remanescentes de vegetação nativa (incluindo UC estaduais e municipais), (ii) compreendendo as respectivas necessidades de recuperação dessa vegetação e avaliando a possibilidade de criação de novas áreas de proteção, (iii) avaliando as condições da fauna local, (iv) identificando espécies presentes anteriormente no local e (v) criando banco de áreas verdes regional para a destinação da compensação ambiental em tratativas com os proprietários rurais.



COMO SERÁ FEITO

- Utilizar as áreas mapeadas pelo WRI (C4F) na implementação dos corredores;
- Aumentar as áreas de corredores por meio de sua delimitação participativa, prevendo internalização dos corredores nos instrumentos oficiais de planejamento (PD, zoneamentos, planos estaduais e municipais de áreas verdes);
- Trabalhar juntamente com o pilar de parques lineares, arborização e fauna silvestre para implantar os corredores de forma integrada;
- Fomentar a criação de novas UC locais nas áreas definidas como prioritárias para a conectividade



QUEM FARÁ
Executores / Assessores/ Colaboradores

OBJETIVO II
ENVOLVER OS PROPRIETÁRIOS PRIVADOS RURAIS NA GESTÃO DOS CORREDORES, ESTIMULANDO SEU PROTAGONISMO
ODS 11



META 1
Promover oficinas de capacitação técnica, sensibilização e divulgação de incentivos monetários e não monetários (Pagamento por Serviços Ambientais, compensação, banco de áreas etc.) em 100% das casas de agricultura, sindicatos rurais e órgãos de desenvolvimento rural da RMC, até 2024.



INDICADOR
Proporção (%) das casas de agricultura, sindicatos rurais, CDR voltadas à área rural da RMC que têm acesso às oficinas de capacitação.



AÇÃO PRIORITÁRIA
Promover capacitações para os proprietários rurais, abordando (i) a importância dos Programas de Regularização Ambiental (PRA), (ii) as principais técnicas disponíveis e seus custos-benefícios e (iii) as vantagens da recuperação, incluindo as oportunidades de geração de renda por meio de sistemas agroflorestais e ecoturismo.



COMO SERÁ FEITO

- Montar material e abrir agenda e espaço para aplicação de cursos de capacitação, estabelecendo lugar de diálogo e troca sobre sistemas agroflorestais, PSA e Programa Nascentes entre os produtores rurais e estimulando associações e cooperativas;
- Mapear atuais e potenciais RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural) e incluir os proprietários nas discussões e capacitações;- Estimular a criação de novas RPPNs;
- Valorizar o conhecimento local e fortalecer os vínculos entre os atores locais com trocas de experiências (por ex., através de feiras);



QUEM FARÁ
Executores/ Assessores/ Colaboradores /Comunicadores

OBJETIVO III
FACILITAR OS FLUXOS FINANCEIROS E PARCERIAS, A FIM DE IMPLEMENTAR E MONITORAR OS CORREDORES ECOLÓGICOS
ODS 15



META 1
Estabelecer ou adequar a legislação municipal que promova o incentivo às ações de responsabilidade socioambiental como estratégia de marketing na implantação e manutenção de corredores ecológicos em 100% dos municípios até 2024.



INDICADOR
Proporção de municípios da RMC (%) que estabelecem ou adequam a legislação municipal para implantação e manutenção de corredores ecológicos por meio de ações de responsabilidade socioambiental privada (por exemplo: adoção de áreas).



AÇÃO PRIORITÁRIA
Articular esforços regionais para a captação de recursos e o estabelecimento de parcerias, como na utilização de "prateleira de projetos", unificando as mensagens e aumentando a visibilidade.



COMO SERÁ FEITO

- Estabelecer incentivos à ciência-cidadã e parcerias com as universidades da região, a fim de viabilizar ações de capacitação, monitoramento e produção de conteúdo;
- Diagnosticar a demanda por compensação voluntária por parte do setor privado;
- Promover articulação entre viveiros regionais e o setor privado;
- Promover editais para compilar a demanda de pequenos proprietários privados rurais por recuperação, facilitando o acesso aos recursos de empresas interessadas em compensar;
- Coordenar ações com o órgão ambiental responsável pelo licenciamento para direcionar compensações ambientais obrigatórias para a implementação dos corredores ecológicos;
- Estabelecer escopo e parâmetros para o conceito de responsabilidade socioambiental como estratégia de marketing dentro do Programa RECONNECTA RMC;
- Estabelecer política municipal para mecanismos de PSA vinculados à compensação ambiental nos municípios da RMC que ainda não a possuem.



QUEM FARÁ
Executores / regulador



Parque dos Ipês

Fauna silvestre regional



• Espécies biodiversas, frutíferas e nativas, adequadas

• Área de proteção local

• Jardim atrator de polinizadores

• Sistemas Agroflorestais

ÁREA DE PROTEÇÃO LOCAL

- Turismo ecológico (contemplação, trekking, observação de aves, etc.)
- Educação ambiental
- Pesquisa científica
- Conectividade de áreas verdes
- Preservação da fauna e da flora



Fauna silvestre regional

Apresentação

O processo de urbanização e crescimento econômico, quando em descompasso com a proteção da biodiversidade, resulta em condições desfavoráveis para a manutenção da fauna. Tal cenário pode ser ilustrado pelos escassos remanescentes de vegetação nativa na RMC, que limitam as condições de sobrevivência para as espécies e resultam em processos de extinção e desequilíbrio dos fluxos ecológicos. Dessa forma, o escopo do pilar buscou assegurar melhores condições naturais às espécies da fauna local, focando em ações em nível regional, para além de fronteiras políticas e administrativas.

Objetivos do pilar

- I. Planejar de forma integrada o levantamento, o monitoramento e os procedimentos operacionais para

o gerenciamento da fauna silvestre regional.

- II. Preparar os recursos financeiros e humanos para viabilizar as ações planejadas.
- III. Articular parcerias e arranjos colaborativos de governança, para somar esforços e garantir a implementação transversal das ações.

3. O Plano de Ação para a Área de Conectividade da Região Metropolitana de Campinas

OBJETIVO I

PLANEJAR DE FORMA INTEGRADA O LEVANTAMENTO, O MONITORAMENTO E OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA O GERENCIAMENTO DA FAUNA SILVESTRE REGIONAL ODS 4



META

Criar manual referente a fauna silvestre juntamente com (i) as secretarias de meio ambiente (ii) instituições de ensino e pesquisa e (iii) estabelecimentos de resgate de animais, envolvendo 100% dos municípios da RMC até 2021..



INDICADOR

Proporção (%) de municípios da RMC que participam da elaboração dos materiais.



AÇÃO PRIORITÁRIA

Desenvolver e disseminar procedimentos operacionais padronizados com linguagem acessível para cada caso, (i) incluindo atropelamento, resgate, reabilitação e soltura e (ii) integrando aspectos da conservação de fauna silvestre nos diversos setores atuantes no município (construção civil, estradas e rodagens, eventos etc.).



COMO SERÁ FEITO

- Apresentar o Arquimedes II e o Geoambiental para todos os municípios da RMC;
- Definir estratégia para que todos os municípios consigam contribuir com informações sobre a fauna da RMC nas plataformas;
- Construir um banco de dados colaborativo com todos os levantamentos já existentes sobre a fauna regional, incluindo estudos de impacto ambiental, planos de manejo de UC e pesquisas acadêmicas;
- Estabelecer um conjunto de medidas de proteção e soltura de animais, a serem adotadas e padronizadas em toda a região da RMC, observando material existente e dados computados na plataforma Arquimedes II e Geoambiental;
- Trabalhar com as instituições acadêmicas e aquelas voltadas ao manejo de fauna silvestre para monitorar a efetividade das passagens de fauna (espécies mais recorrentes, redução de atropelamentos, número de indivíduos, época em que a passagem é mais utilizada);
- Usar os resultados para incentivar a prática de instalação, preservação e inovação nas passagens (câmeras de monitoramento, sensores etc.).



QUEM FARÁ

Executores/ Assessores/ Colaboradores/ Comunicadores

OBJETIVO II PREPARAR OS RECURSOS FINANCEIROS E HUMANOS PARA VIABILIZAR AS AÇÕES PLANEJADAS ODS 17



META

Apresentar formalmente ao setor privado* atuante na AC um material institucional para buscar oportunidades de cofinanciamento até 2024.
**Com foco nos segmentos de maior impacto à fauna silvestre (concessionárias de rodovias, grandes loteamentos imobiliários e polos industriais).*



INDICADOR

Proporção de municípios da RMC (%) cujas secretarias apresentam formalmente o material institucional ao setor privado.



AÇÃO PRIORITÁRIA

Monitorar os períodos de renovação das concessões pactuadas com o setor privado para incorporar condicionantes relacionadas ao tema (exemplo: passagens de fauna necessárias), envolvendo os órgãos licenciadores e os empreendedores.



COMO SERÁ FEITO

- Apresentar as demandas municipais referente a Cras e Cetas ao setor privado de forma a unificar a região da RMC, e amplificar o alcance e a visibilidade quanto a animais silvestres;
- Fazer levantamento de contratos e renovações que envolvem as secretarias responsáveis por execução de infraestrutura nos municípios, reforçando a questão de executar e implementar passagens de fauna na região;
- Avaliar, em editais futuros, repasse de verba para projetos com passivo ambiental voltado para a fauna (Cras, Cetas).



QUEM FARÁ

Executores / Financiadores / Comunicadores

OBJETIVO III ARTICULAR PARCERIAS E ARRANJOS COLABORATIVOS DE GOVERNANÇA, PARA SOMAR ESFORÇOS E GARANTIR A IMPLEMENTAÇÃO TRANSVERSAL DAS AÇÕES ODS 15



META

Estabelecer e implementar um grupo executivo para gestão regional da fauna silvestre com representantes de 100% dos municípios da RMC até 2024.



INDICADOR

Proporção (%) de municípios da RMC que participam do grupo.



AÇÃO PRIORITÁRIA

Definir composição e governança do grupo executivo, incluindo como diretrizes (i) o aproveitamento das instâncias de participação existentes, incluindo os Conselhos Gestores de UC e Conselhos Municipais de Meio Ambiente e (ii) o estabelecimento de canal de diálogo e acompanhamento com os responsáveis pela implementação de corredores ecológicos, parques lineares e arborização urbana, trabalhando a temática de fauna transversalmente aos outros pilares.



COMO SERÁ FEITO

- Identificar modelo de termo de compromisso adequado para a governança;
- Monitorar os avanços e buscar solução conjunta com os outros atores e pilares;
- Identificar representantes dos diferentes grupos de atores em cada município para promover convênios com ONGs de educação ambiental, para as ações de gerenciamento e sensibilização;
- Monitorar os avanços e buscar solução conjunta com os outros atores e pilares;
- Criar agenda transversal para realização de encontros para definição de estratégias que envolvam a fauna silvestre e os outros pilares da AC.



QUEM FARÁ

Executores / Assessores / Colaboradores

Regulamentação, Fiscalização e Compensação



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:



Regulamentação da AC e seu Plano de Ação

Área de conectividade incorporada no planejamento e ordenamento territorial, com comprometimento formalizado e arranjos institucionais funcionais estabelecidos



Fiscalização e monitoramento da AC

Proteção da mata ciliar com aplicação de instrumentos compartilhados e base de dados acessível; prevenção da recorrência de conflitos ambientais pelo levantamento de autuações existentes



Mecanismos de compensação ambiental regional

(a) Áreas prioritizadas em banco de áreas verdes para compensação ambiental
(b) Aumento das áreas em regeneração via mecanismos interfederativos



Regulamentação, Fiscalização e Compensação

Apresentação

A viabilização das ações previstas neste plano está transversalmente relacionada a estruturas gerenciais e mecanismos de operacionalização que ofereçam as condições adequadas para que os atores envolvidos possam implementar a AC. Tais condições englobam o respaldo legal para que as ações ocorram (regulamentação), o monitoramento dos parâmetros de cumprimento previstos pela legislação (fiscalização) e os fluxos financeiros que direcionam os recursos necessários e intermedeiam a relação entre os atores envolvidos (compensação). Nesse sentido, a composição desse pilar é dotada de três esferas que, apesar de se relacionarem de forma intrínseca, devem ser tratadas individualmente.

- **Regulamentação:** tem como objetivo principal implementar dispositivos legais de planejamento para a AC. Também ressalta a necessidade de legislação específica em escala regional.
- **Fiscalização:** monitorar e aplicar ações corretivas, garantindo a proteção do meio ambiente. A fiscalização exerce papel tanto preventivo, em que os

agentes da administração procuram impedir um dano ambiental, e também repressivo (diante de transgressão da regulamentação vigente, decorre na aplicação de uma sanção).

- **Compensação:** mecanismos legais para os responsáveis por danos ambientais retornarem e minimizarem os possíveis impactos causados no ambiente, a partir de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas potencialmente poluidoras ou capazes de causar degradação ambiental.

Objetivos do pilar

- I. Fiscalizar a implementação da AC de forma integrada e efetiva.
- II. Regular a AC e seu Plano de Ação para garantir respaldo institucional a longo prazo.
- III. Promover os mecanismos regionais necessários à compensação ambiental que possam otimizar fluxos de recursos na RMC e viabilizar a implementação da AC.

OBJETIVO I - FISCALIZAR E MONITORAR A AC DE FORMA INTEGRADA E EFETIVA



META
Elaboração de planejamento estratégico e integrado entre atores relevantes até 2021.



INDICADOR
Planejamento estratégico finalizado, disponibilizado em bases de dados abertos e validado pelas instâncias competentes.



AÇÃO PRIORITÁRIA
Promover a integração entre os órgãos fiscalizadores dos diversos níveis federativos, apresentando a AC e sua importância, estabelecendo fluxo de comunicação contínuo e espaços periódicos de troca de experiências.



COMO SERÁ FEITO

- Realizar capacitações ou encontros a respeito do processo de atuação e fiscalização, visando desenvolver: (i.) lógicas de ações preventivas específicas para cada município da RMC em parceria com o Estado; (ii.) o esclarecimento de funções; (iii.) municipalização da fiscalização; (iv.) troca de experiências de sucesso.
- Promover a compatibilização da legislação dos órgãos de fiscalização municipais em nível metropolitano, e consolidar no PDUI, a fim de congregar atores envolvidos nos processos de fiscalização.
- Desenvolver uma base de dados unificada entre o estado e os municípios a fim de compilar informações, disponibilizando diagnósticos e estudos já existentes;
- Incentivar ações preventivas através do acesso a ocorrências em municípios vizinhos e desenvolvendo campanhas e envolvendo a sociedade civil, visando a diminuição das pressões e danos ambientais identificados;
- Balizar as ações dos outros pilares a partir do mapeamento de locais de maior pressão identificados pelo mapeamento do Centro de Fiscalização e Biodiversidade e avaliar periodicamente;
- Incentivar canais de financiamento das ações através de mobilização de recursos advindos de pagamentos de multas ambientais.



QUEM FARÁ
Executores

OBJETIVO II REGULAMENTAR A AC E SEU PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO, GARANTINDO RESPALDO INSTITUCIONAL A LONGO PRAZO ODS 11



META 1
Incorporar diretrizes de implementação da AC em todas as revisões ou elaborações dos Planos Diretores dos municípios da RMC que ocorrerem até 2030.



INDICADOR
Proporção de municípios da RMC (%) cujos Planos Diretores incorporam diretrizes de implementação da AC.



AÇÃO PRIORITÁRIA
Propor e aprovar leis municipais para institucionalizar a AC e seu Plano de Ação para Implementação, incorporando-a nos instrumentos municipais de planejamento territorial já existentes e a incluindo nas revisões dos atuais PD e zoneamentos municipais.



COMO SERÁ FEITO

- Promover a manutenção e renovação do termo de cooperação entre os 20 municípios;
- Impulsionar e acompanhar a finalização do PDUI e seu cumprimento a nível local, adequando os PD perante sua conclusão;
- Apresentar e validar o Plano de Ação para Implementação da AC nas Câmaras técnicas da Agemcamp;
- Aprofundar o diagnóstico dos planos diretores e outros instrumentos legais nos municípios da RMC, identificando lacunas, componentes estratégicos que devem ser incluídos (por exemplo, sistema de áreas verdes municipais) e prazos de revisão;
- Aprofundar o diagnóstico do estado atual dos Códigos de Obras e outras normativas rotineiras que determinam os padrões construtivos, visando identificar oportunidades para Soluções baseadas na Natureza;
- Apresentar importância e benefícios das diretrizes aos responsáveis pela proposição e aprovação dos instrumentos normativos;
- Propor texto para o instrumento normativo, envolvendo mecanismos de consulta e participação.



QUEM FARÁ
Executores / Comunicadores / Reguladores

3. O Plano de Ação para a Área de Conectividade da Região Metropolitana de Campinas

OBJETIVO II REGULAMENTAR A AC E SEU PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO, GARANTINDO RESPALDO INSTITUCIONAL A LONGO PRAZO ODS 11



META 2
Promover a incorporação das diretrizes de implementação da AC no Plano da Bacia PCJ e/ou no Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) do estado de São Paulo até 2024.



INDICADOR
Diretrizes regionais de implementação da AC submetidas formalmente ao Comitê PCJ e à SIMA.



AÇÃO PRIORITÁRIA
Impulsionar a implementação da AC por meio do Plano de Bacia, Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) e demais instrumentos de planejamento regionais, incluindo o PDUI.



COMO SERÁ FEITO

- Promover a manutenção e renovação do termo de cooperação entre os 20 municípios;
- Apresentar o Plano de Ação para Implementação para o Comitê PCJ e para a Sima;
- Avaliar as oportunidades de revisão e contribuição no Plano de Bacia, identificando os espaços de inserção da AC;
- Avaliar as oportunidades de revisão e contribuição no Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE), identificando os espaços de inserção da AC;
- Avaliar a inserção da AC em outros instrumentos de planejamento previstos pelo Comitê PCJ.



QUEM FARÁ
Executores / Comunicadores / Reguladores

OBJETIVO III

PROMOVER OS MECANISMOS REGIONAIS NECESSÁRIOS À COMPENSAÇÃO AMBIENTAL QUE POSSAM OTIMIZAR FLUXOS DE RECURSOS NA RMC E VIABILIZAR A IMPLEMENTAÇÃO DA AC
ODS 17



META

Inserir iniciativas de 100% dos municípios da RMC em bancos de projetos até 2022



INDICADOR

Proporção (%) de municípios que possuem iniciativas de compensação ambiental registradas em plataformas de bancos de projetos.



AÇÃO PRIORITÁRIA

Identificar e promover bancos de projetos e áreas prioritárias para compensação, refinando o mapeamento de áreas prioritárias e incentivando a inserção das iniciativas municipais.



COMO SERÁ FEITO

- Identificar bancos de projetos existentes para compensação ambiental;
- Abrir chamada para identificar projetos de compensação ambiental aplicáveis para a prateleira de projetos do Programa Nascentes e outros bancos de projetos;
- Avaliar com a Sima-SP os procedimentos para inserção dos projetos na prateleira do Programa Nascentes;
- Avaliar os procedimentos para inserção dos projetos em outros bancos de projetos;
- Instruir os municípios em relação aos processos e critérios para entrada e seleção nos bancos de projetos;
- Promover seminários intersetoriais para discutir a harmonização das legislações municipais sobre a temática;
- Mapear projetos de compensação bem-sucedidos, promovendo encontros para fomentar a troca de boas práticas e gerar cartilha com recomendações e estudos de caso sobre as iniciativas;
- Aprofundar estudos existentes sobre mecanismos de compensação ambiental inter-federativa (como por exemplo, os que foram desenvolvidos pelas consultorias STCP e Ecoadvice) e adotar suas recomendações;
- Mapear outros arranjos de financiamento além de bancos de projetos.



QUEM FARÁ

Executores / Financiadores / Reguladores / Assessores



Centro da cidade de Campinas



Articulação e Comunicação

Apresentação

Embora a RMC disponha de uma ampla rede de atores relacionados à implementação da AC, há uma lacuna de articulação entre eles, sendo necessário esclarecer papéis, atribuir responsabilidades e aperfeiçoar a estrutura de governança. O efetivo engajamento de tais atores decorre, em grande parte, da sensibilização e do convencimento-fatores que dependem da linguagem e dos canais adotados na comunicação para traduzir a importância da área de conectividade para os diferentes públicos.

O pilar de Articulação e Comunicação visa indicar ações e instrumentos de comunicação para os técnicos municipais envolvidos com o Plano de Ação da AC a partir dos pilares estruturantes.

Objetivos do pilar

- I. Consolidar ações transversais de articulação e comunicação de forma acessível e aplicável;
- II. Fomentar a mobilização efetiva de atores diversos;
- III. Disseminar práticas de engajamento e implementar mecanismos de comunicação;
- IV. Sensibilizar e envolver a população por meio de oficinas educativas;
- V. Promover trocas de experiências.

OBJETIVO I

CONSOLIDAR AÇÕES TRANSVERSAIS DE ARTICULAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE FORMA ACESSÍVEL E APLICÁVEL



META

Desenvolver e implementar ao menos 50% das atividades de participação considerando as diretrizes de articulação e comunicação para os quatro grupos de atores (prioritários, potenciais, alinhados e secundários) em 100% dos municípios até 2024.



INDICADOR

Proporção (%) de municípios que implementaram ao menos 50% das atividades de participação para os quatro grupos de atores observando as seis categorias (assessor, executor, regulador, colaborador, comunicador, financiador).



AÇÃO PRIORITÁRIA

Implementar as diretrizes para o engajamento dos diferentes grupos de atores envolvidos com a implementação da AC, a partir de definição conjunta da estrutura de gestão e articulação do programa.



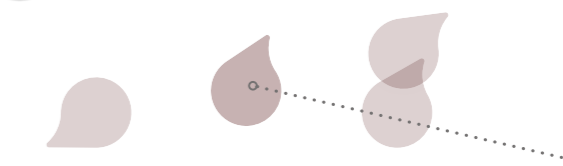
COMO SERÁ FEITO

- Definir a estrutura de gestão e articulação do Programa RECONNECTA RMC, com pactuação do propósito, do papel, da forma e função do arranjo;
- Especificar as interações entre núcleo gestor e atores envolvidos no Programa;
- Definir as atividades de participação para os quatro grupos de atores (prioritários, potenciais, secundários e alinhados)
- Institucionalizar a estruturação do programa;
- Implementar as atividades de participação desenhadas para cada grupo de atores, conforme a estratégia de articulação e comunicação desenvolvida.



QUEM FARÁ

O principal responsável pelas ações é o poder executivo municipal, que deverá envolver os atores prioritários, potenciais, alinhados e secundários.



3. O Plano de Ação para a Área de Conectividade da Região Metropolitana de Campinas

3. O Plano de Ação para a Área de Conectividade da Região Metropolitana de Campinas

OBJETIVO II - FOMENTAR A MOBILIZAÇÃO EFETIVA DE ATORES DIVERSOS



META

Garantir a representação das seis categorias de atores considerando os tipos de atividades de participações adequados (passivas, consultas e ativas) em 100% dos municípios até 2024.



INDICADOR

Proporção (%) de municípios que mobilizou as seis categorias de atores nas atividades de participação.



AÇÃO PRIORITÁRIA

Envolver os diferentes grupos de atores nas ações de implementação do Plano, considerando os objetivos e atividades de participação adequados para cada.



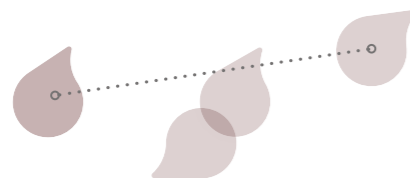
COMO SERÁ FEITO

- Identificar os representantes dos diferentes grupos de atores em cada município considerando planilha de atores e diretrizes de engajamento
- Acompanhar o envolvimento de cada grupo, observando os tipos de participação (passivo, adequado e ativo) e a diversidade de categorias mobilizada
- Implementar ações efetivas para garantir representação das seis categorias de atores (executivo, regulador, assessor, entre outros).



QUEM FARÁ

O principal responsável pelas ações é o poder executivo municipal, que deverá envolver os atores prioritários, potenciais, alinhados e secundários.



OBJETIVO III DISSEMINAR PRÁTICAS DE ENGAJAMENTO E IMPLEMENTAR MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO



META

Realizar capacitação anual dos representantes municipais do Programa RECONNECTA RMC, em 100% dos municípios da RMC sobre as diversas estratégias de comunicação efetiva para os diversos atores até 2024.



INDICADOR

Proporção de municípios que realizaram quatro capacitações de comunicação (uma ao ano).



AÇÃO PRIORITÁRIA

Disseminar informação e práticas relacionadas a canais e ferramentas de comunicação, considerando os meios de comunicação já utilizados nos municípios e o fomento à capacitação em novos.



COMO SERÁ FEITO

- Identificar os canais de comunicação e formas de interação utilizados por cada um dos órgãos municipais envolvidos com a gestão e articulação do Programa;
- Definir o público-alvo das capacitações;
- Definir formato e conteúdo da capacitação, incluindo (i) a uniformização da linguagem entre os municípios e (ii) a adaptação de conteúdos técnicos para que sejam mais acessíveis ao público;
- Identificar potenciais mentores/especialistas que possam apoiar as capacitações;
- Disseminar novos canais de comunicação efetivos em todos os municípios, considerando as referências indicadas no Plano de articulação e comunicação;
- Estabelecer parâmetros para monitorar a eficácia das comunicações;
- Articular com secretarias/departamentos de comunicação dos municípios.



QUEM FARÁ

O principal responsável pelas ações é o poder executivo municipal, que deverá envolver os atores prioritários, potenciais, alinhados e secundários.



OBJETIVO IV SENSIBILIZAR E ENVOLVER A POPULAÇÃO POR MEIO DE OFICINAS EDUCATIVAS



META

Promover, através da articulação de parcerias, atividades e estratégias de sensibilização (como a promoção de uma oficina educativa anual) para aproximar a população local dos pilares de implementação da AC em 100% dos municípios da RMC até 2024.



INDICADOR

Proporção de municípios da RMC (%) que promoveram estratégias de sensibilização para aproximar a população local dos pilares de implementação da AC.



AÇÃO PRIORITÁRIA

Disseminar por meio de atividades, espaços de sensibilização e materiais educativos, os benefícios dos pilares de implementação da AC (incluindo temas como sua importância no enfrentamento à mudança climática, serviços ecossistêmicos, queda de árvores e mecanismos de tombamento), visando sensibilizar e manter espaços de escuta e engajamento.



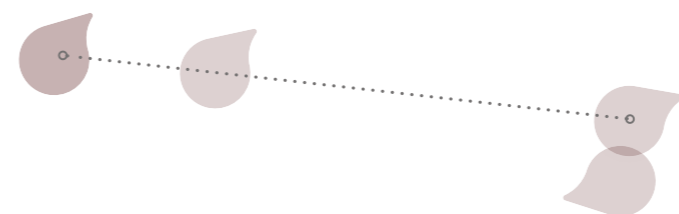
COMO SERÁ FEITO

- Identificar os trajetos prioritários e oportunidades para as atividades de educação ambiental;
- Apresentar de forma coletiva a proposta a outros órgãos municipais que possam ter interesse nas atividades (exemplo: secretarias de turismo);
- Preparar e implementar programas de formação para os educadores parceiros;
- Divulgar informações sobre os materiais, atividades e estratégias de sensibilização, convidando a população através de redes e grupos locais.



QUEM FARÁ

Executores / Assessores/ Colaboradores /Comunicadores



OBJETIVO V PROMOVER TROCAS DE EXPERIÊNCIAS



META

Realizar ao menos um encontro anual entre os órgãos municipais da RMC e partes interessadas envolvidas na implementação da AC e todos seus pilares de implementação até 2024 para a troca de experiências, estímulo à cooperação e estabelecimento de fluxo de alinhamento contínuo.



INDICADOR

Nº de encontros anuais entre os órgãos municipais da RMC e partes interessadas realizados.



AÇÃO PRIORITÁRIA

Estabelecer dinâmica de encontros periódicos entre os representantes municipais e estaduais, para aproximar as pautas, explorar sinergias, promover instâncias de trocas com os GT dos outros pilares, abordar lições aprendidas e traçar caminhos em conjunto, assim como estudar estratégias transversais aos pilares de Arborização Urbana, Fauna, Parques Lineares, Regulamentação, Fiscalização e Compensação.



COMO SERÁ FEITO

- Construir agenda de encontros, alinhada à agenda de todos os pilares, para acompanhar e fiscalizar a implantação dos corredores;
- Levantar nos encontros as demandas municipais que podem ser apresentadas ao poder estadual de forma unificada para a RMC, amplificando o alcance e a visibilidade dos ajustes necessários;
- Monitorar a renovação do compromisso dos municípios com a implementação da AC no âmbito do Termo de Cooperação Técnica e da transversalidade com os outros pilares do Programa RECONNECTA RMC.



QUEM FARÁ

Executores /Assessores/ Colaboradores /Comunicadores

Reconhecendo a importância da designação específica de atores para a implementação de cada ação, compreende-se que as informações contidas neste plano deverão ser detalhadas a fim de identificar instituições, secretarias e outros grupos de atores responsáveis. Para tanto, recomenda-se seguir as ações mapeadas no pilar de Comunicação e Articulação, tendo o passo-a-passo deste Plano como ferramentas de engajamento e construção coletiva do grupo de responsáveis por cada atividade



Balneário Municipal Guilherme Carlini, em Arthur Nogueira

Mãos à obra

O Plano de Ação para Implementação da Área de Conectividade, aqui apresentado em resumo, representa um grande avanço na perspectiva de efetivação dessa área na RMC. Sua importância é clara: impulsionará a implementação de Soluções baseadas na Natureza, a promoção de serviços ecossistêmicos e o uso de infraestrutura verde e azul, que conjuga gerenciamento dos recursos hídricos e o desenvolvimento sustentável inclusivo da região. Além disso, leva ao fortalecimento institucional das municipalidades e outros níveis de governo.

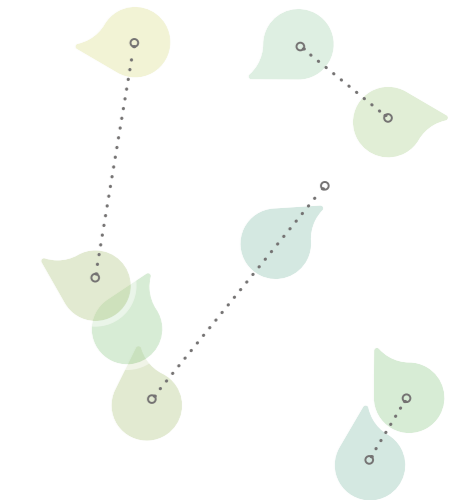
Fruto de cooperação entre múltiplos segmentos da sociedade e do poder público, este plano é uma visão de futuro baseada em políticas de médio e longo prazos. É importante lembrar que a consolidação aprofundada dos objetivos previstos neste plano, bem como a colaboração entre os diversos atores dos setores público e privado, da sociedade civil e de instituições de ensino, será essencial para o sucesso e longevidade da AC.

A missão é desafiadora, mas a AC pode representar o início de uma mudança de paradigma de planejamento, desenvolvimento e crescimento regional, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida e bem-estar de toda a população

dos 20 municípios da Região Metropolitana de Campinas.

Esperamos que este plano possa ser, ainda, um exemplo para outras regiões metropolitanas, municípios, estados e países e prova do papel fundamental que as ações locais têm na atuação pelo enfrentamento à mudança climática, em prol da proteção da biodiversidade e em direção a realidades mais resilientes, justas e equitativas para todos.

Documento e estudos citados estão referenciados estão no documento completo, disponível em <https://americadosul.iclei.org/biblioteca/>





Por ordem do



Ministério Federal
do Meio Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

da República Federal da Alemanha

Implementadores:



Governos Locais
pela Sustentabilidade



PREFEITURA DE
CAMPINAS

